



Endividamento das famílias cresce e atinge 58,4%

Supremo decide que Lei da Ficha Limpa vale para casos anteriores a 2010

Página 5

Alexandre de Moraes defende leis mais duras contra crime organizado

Página 4

Parlamento Europeu alerta sobre perigo da independência da Catalunha

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, afirmou na quarta-feira (4), numa alusão à Catalunha, que a declaração de independência de parte de um país integrante do bloco "vai contra o ordenamento jurídico europeu e pode provocar uma perigosa divisão". A informação é da EFE.

Tajani pediu uma reflexão séria que permita o diálogo na Espanha para diminuir a tensão na região da Catalunha, ao mesmo tempo em que destacou que ninguém pode estar satisfeito com "os eventos" de domingo passado. **Página 3**

Secretário de Defesa dos EUA apoia o acordo nuclear com o Irã

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, James "Jim" Mattis, disse na terça-feira (4), em uma audiência no Congresso americano, que era do interesse nacional dos EUA manter um acordo histórico celebrado entre o Irã e as seis potências mundiais para controlar o seu programa nuclear. A informação é da agência chinesa Xinhua. **Página 3**

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. **30°C**
14°C



Manhã Tarde Noite
Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,13
Venda: 3,13

TURISMO

Compra: 3,01
Venda: 3,26

EURO

Compra: 3,68
Venda: 3,68

OURO

Compra: 119,32
Venda: 148,92

Advogado de Temer entrega defesa do presidente à CCJ da Câmara



Presidente da CCJ da Câmara, Rodrigo Pacheco, recebe o advogado Eduardo Carnelós

A defesa do presidente Michel Temer entregou na tarde de quarta-feira (4), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara, a argumentação contrária à segunda denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR). O material foi protocolado pelo advogado Eduardo Carnelós. Temer é acusado

pelos crimes de obstrução de Justiça e organização criminosa junto com os ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha.

Mais cedo, os advogados de Moreira Franco e Eliseu Padilha já tinham protocolado as respectivas defesas na CCJ. Para que o presidente e os dois ministros possam ser investigados pelo Supremo Tri-

bunal Federal (STF), é preciso que a Câmara dos Deputados autorize o prosseguimento da denúncia, conforme prevê a Constituição.

Carnelós argumentou que a denúncia é uma das "mais absurdas acusações que se tem notícia na história", com a apresentação de fatos que precedem o exercício do mandato de Temer. Para o advogado, o objetivo do ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, era destituir Temer da Presidência.

"A denúncia não traz nenhuma prova daquilo que alega e o alega de forma inepta (...). Ela é toda amparada na palavra de delatores que fizeram um grande negócio atendendo os interesses do então procurador-geral da República, que conseguiu fazer com que os delatores falassem aquilo que ele queria e deu em troca a imunidade", declarou Carnelós. **Página 4**

O percentual de famílias endividadadas fechou o mês de setembro deste ano com alta de 0,4 ponto percentual, em relação a agosto, atingindo os 58,4%, o maior patamar dos últimos sete anos. A pesquisa indica que, ao comparar com setembro do ano passado o indicador também cresceu, atingindo 58,2% - alta de 0,2 ponto percentual.

Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

(Peic), divulgada na quarta-feira (4), pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e vem acompanhado da alta do percentual de famílias endividadadas - aquelas com dívidas ou contas em atraso.

Na comparação mensal o endividamento das famílias passou de 24,6% para 25%, o maior patamar desde maio de 2010.

Na comparação com setembro de 2016, também houve alta de 0,4 ponto percentual. **Página 3**

São Paulo já é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil

Página 2

Varejo e setor de serviços devem criar 51 mil vagas no final do ano

Página 5

Meirelles diz que aguarda "com calma e serenidade" tramitação do novo Refis

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse na quarta-feira (4), que é preciso aguardar a decisão do Senado sobre o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), conhecido como novo Refis, e admitiu a possibilidade de veto do Executivo. O ministro conversou com a imprensa após participar da abertura do 4º Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público, na Escola de Administração Fazendária (Esa), em Brasília.

A Câmara dos Deputados concluiu a análise da medida provisória que criou o Pert. Agora a matéria segue para apreciação do Senado e, para não perder a validade, o texto precisa ser analisado até o dia 11 de outubro. **Página 3**

Esporte

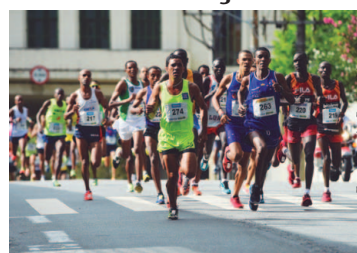
Mogi das Cruzes será palco da segunda etapa do Adventure Camp 2017

Depois do sucesso em Brotas, agora será a vez de Mogi das Cruzes receber a etapa do Circuito Adventure Camp 2017, tradicional competição de corrida de aventura e que retorna ao calendário neste ano. A etapa será nos dias 7 e 8 de outubro e o evento é uma disputa por equipes, que envolve orientação, trekking, canoagem, mountain bike e técnicas verticais, destinado a iniciantes, amadores e profissionais da corrida de aventura, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos. **Página 8**



Corrida de montanha

São Silvestre segue com inscrições abertas



93ª Corrida Internacional de São Silvestre

Os atletas interessados em participar da mais tradicional prova de rua da América Latina devem se apressar. As inscrições para a 93ª edição da Corrida Internacional de São Silvestre seguem abertas e devem ir até o dia 24 de novembro ou quando o limite de 30 mil corredores for atingido. Tradicionalmente realizada no dia 31 de dezembro, a corrida irá encerrar, mais uma vez, o ano esportivo nacional. Os principais nomes do país e destaques do exterior participarão do evento, além de inúmeros amadores que fazem a grande festa do evento. **Página 8**

MIT Point recebe exposição de carros campeões do Rally dos Sertões 2017

O MIT Point, flagship store da Mitsubishi Motors no Shopping JK Iguatemi recebe, a partir desta semana, os carros campeões do Rally dos Sertões 2017. A vocação para enfrentar desafios 4x4 das competições sempre esteve presente no DNA da Mits-

bishi. Não é à toa que a marca é recordista de vitórias na classificação geral do Rally dos Sertões com 11 títulos, além de inúmeras conquistas nas categorias rali. Só neste ano, mais de 70% do grid foi formado por veículos Mitsubishi. **Página 8**

Vôlei Nestlé derrota Bauru e está a uma vitória da sexta final consecutiva do Paulista



Mari Paraíba enfrenta Paula Pequeno

O Vôlei Nestlé bateu Bauru por 3 sets a 1, parciais de 25/18, 23/25, 25/14 e 25/23, em 1h52min, na noite de terça-feira (3), no ginásio Painela de Pressão, na abertura da semifinal do Campeonato Paulista. Com o resultado, o atual

pentacampeão está a uma vitória da sexta final consecutiva. A partida marcou a estreia oficial da aposta Lorenne, maior pontuadora do time, com 16 acertos, e da central sérvia Nadja Ninkovic. **Página 8**

Acordo entre Fapesp e BNDES amplia apoio à inovação

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Se a eleição pra presidência do diretório paulistano do PSDB fosse hoje, o vereador João Jorge seria o eleito, porque rola um acordo entre Alckmin e Doria pra que o prefeito paulistano domine aqui e o governador domine o estadual.

PREFEITURA (SP)

Como o vice Bruno Covas vai assumir a prefeitura, deve indicar um nome - que pode ser Lepique - pra compor ou a vice-presidência ou a secretaria geral de João Jorge. Quanto aos militantes, podem negociar espaços que nunca tiveram.

ASSEMBLEIA (SP)

Se a eleição do PSDB estadual fosse hoje, o deputado federal Macris [ex-presidente e pai do atual presidente da ALESP] seria o eleito, porque rola a compensação do acordo paulistano. Como só vai rolar em novembro, há outros cenários.

GOVERNO (SP)

Enquanto acordos pra que tucanos [de todos os bicos] não cometem entre si a predação [a outros ninhos ideológicos], Alckmin vai bicando desde já [até a eleição pra direção nacional em dezembro] como nunca antes [eleição de 2006].

CONGRESSO

Senado e Câmara Federal promulgaram o fim das coligações partidárias a partir das eleições municipais de 2020 e "cláusula de desempenho" dos candidatos a partir de 2018 [eleição de pelo menos 1,5% dos candidatos em pelo menos 9 Estados].

PARTIDOS

Rachado [como o PMDB de Quêrcia que propiciou surgimento do PSDB], o partido de FHC [único a ser eleito e reeleito Presidente tá completando 29 anos de fundação. Vem dominando o governo (SP) desde 1995, com Covas, Alckmin e Serra.

HISTÓRIAS

Hoje faz 29 anos que a Constituição da República [1988] foi promulgada. Um "monstro" jurídico [meio parlamentarista - meio presidencialista], que até hoje carece de regulamentação em muitos de seus artigos, além de ter sofrido modificações [de ocasião] nos contextos dos seus textos: emendas ...

DA

... de ocasião [via 81 senadores e 513 deputados federais], além das Medidas [que acabam se tornando eternas] Provisórias via Presidência da República. O que pintou como sendo uma Constituição chamada Cidadã, logo começou a transformar-se numa "colcha de retalhos" que quando cobria os pés ...

POLÍTICA

... dos brasileiros [nem tão iguais] não cobria as cabeças e vice-versa. É direito demais pra obrigações de menos. O ideal é que as eleições de 2018 elegeissem também pra uma Constituinte Revisora, que enxugue a Constituição e resgate pro Supremo o julgamento apenas de questões constitucionais.

EDITOR

Jornalista desde 1990, CESAR NETO vem publicando esta coluna [diária] de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Na Internet, é uma das pioneiras [desde 1996]. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo [Brasil].

cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 11
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 115 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 2,30
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

O governador Geraldo Alckmin assinou na terça-feira (3) um acordo de cooperação técnica que pretende ampliar as possibilidades de apoio a pequenas empresas inovadoras e incentivar investimentos em inovação no país.

O compromisso firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foca principalmente nas áreas estratégicas de Manufatura Avançada e Internet das Coisas (IoT).

O acordo de cooperação aproxima o acesso de Empresas

Emergentes Inovadoras que já tenham sido apoiadas no âmbito do Programa Fapesp Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE), a linhas de crédito do BNDES e a instrumentos de renda variável (Fundos de Investimentos à Inovação), a partir de avaliação econômica realizada pelo Banco.

"Com essa boa parceria muitos desses projetos poderão ter os produtos lançados no mercado. Então, nosso PIPE terá o reforço do BNDES, podendo expandir suas atividades, para seus bons projetos prosperarem, seus produtos serem lançados, como

também os centros de engenharia, extremamente importantes, e também a área de pesquisa da inovação, principalmente ligada à manufatura e Internet. Enfim, inúmeros bons projetos", explicou o governador.

A assinatura também possibilita a articulação de ações em ambas instituições para projetos específicos, como os Centros de Pesquisa em Engenharia mantidos pela Fundação em parceria com empresas e instituições de pesquisa. Espera-se que, com o acordo, seja possível a complementaridade de instrumentos e ações do

BNDES e da FAPESP para o desenvolvimento desses centros.

O acordo, que tem vigência de cinco anos e será elaborado com plano de trabalho para detalhamento e acompanhamento das atividades, prevê, ainda, a avaliação conjunta de focos tecnológicos relevantes para formulação de políticas públicas e coordenação de esforços para investimentos no país, como o lançamento de chamadas conjuntas de projetos relacionados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) em Manufatura Avançada e Internet das Coisas (IoT).

São Paulo já é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil

Pela primeira vez na história o Estado de São Paulo chega ao segundo lugar no ranking nacional de produção de petróleo, segundo o Sumário Executivo de Petróleo e Gás divulgado recentemente no site da Secretaria de Energia e Mineração.

Com produção de 344 mil barris de petróleo por dia durante o último mês de julho, São Paulo ultrapassou o Espírito Santo, que produziu 295 mil barris, e ficou atrás apenas do Rio de Janeiro, com volume de 1,8 milhão de barris/dia.

"Em 2010, nossa produção era de 14 mil barris de petróleo por dia e ocupávamos apenas a sétima posição nacional. Com a descoberta do pré-sal na Bacia de Santos e início da exploração e produção, São Paulo se tornou um produtor relevante e as estimativas são positivas, o que consolidará o Estado como um importante produtor

mundial", destacou o secretário de Energia e Mineração, João Carlos Meirelles.

Atualmente, três campos são responsáveis por 98% de toda a produção paulista. Sapinhoá representa 72% do petróleo retirado dos poços paulistas, seguido por Lapa, com 16%, ambos no pré-sal, e Baína, com 10%, localizado no pós-sal.

Os Estados do Amazonas e da Bahia completam a lista dos cinco maiores produtores de petróleo e gás do país, com produção de 110,8 mil e 79,2 mil barris de óleo equivalente por dia, respectivamente.

"Nossa expectativa é de que São Paulo ultrapasse 1 milhão de barris por dia e se mantenha como o segundo maior produtor de petróleo do Brasil", explica o subsecretário de Petróleo e Gás do Governo do Estado, Dirceu Abrabão.

Desde o início de 2015, o

Estado é o segundo maior produtor de gás natural do país, com produção de 19 milhões de metros cúbicos/dia. Os royalties provenientes da produção petrolífera cresceram fortemente nos últimos 10 anos e atualmente representam uma parcela importante da arrecadação dos municípios confrontantes aos campos produtores.

Os dez municípios que mais recebem royalties no Estado são: Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba, Cubatão, Guararema, Bertoga, Ilha Comprida, Iguape, Praia Grande e São Vicente.

A Secretaria de Energia e Mineração de São Paulo monitora a exploração e produção de petróleo e gás natural e também a arrecadação de royalties e partilha de custos com o pré-sal, acompanhando, ainda, a produção de petróleo e seus derivados. As informações detalhadas estão

disponíveis no site www.energia.sp.gov.br.

Cadeia produtiva de P&G
Devido a presença de quatro refinarias no Estado, que juntas são capazes de processar mais de 918 mil barris de petróleo por dia, aproximadamente 38% da capacidade de refino nacional, o Estado responde pela maior parte da carga processada do país e pela produção dos principais derivados de petróleo, como gasolina, diesel, óleo combustível, GLP - gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, coque e nafta, que abastecem o mercado nacional.

Toda essa produção conta com uma extensa cadeia de fornecedores em São Paulo, responsáveis por mais de 40% da indústria nacional de fabricantes de equipamentos e prestadores de serviços para o setor.

NF Paulista: liberada consulta de bilhetes para sorteio de outubro

Os usuários do Programa Nota Fiscal Paulista já podem consultar pelo site os bilhetes para concorrer ao sorteio de outubro. A 107ª extração do programa sorteará no total R\$ 4,7 milhões.

Podem participar os consumidores cadastrados que efetuaram compras em junho e solicitaram notas fiscais com CPF ou CNPJ. No total, foram gerados 95.213.934 bilhetes eletrônicos para R\$ 676.842 consumidores, 2.592 entidades assistenciais e 4.523 condomínios. Além do prêmio principal de

R\$ 1 milhão, os participantes do programa também concorrerão a prêmios de R\$ 500 mil, R\$ 100 mil, R\$ 50 mil, R\$ 10 mil, R\$ 5 mil, e R\$ 1 mil.

Para concorrer aos sorteios, o participante deve se cadastrar no site do programa e aderir ao regulamento. As adesões até o dia 25 de cada mês permitem a participação já no mês seguinte. Uma vez feito o processo, não é preciso repeti-lo - a inclusão nos sorteios seguintes é automática. Cada R\$ 100 em compras dá direito a um bilhete ele-

trônico para concorrer.

Sobre o programa

A Nota Fiscal Paulista, criada em outubro de 2007, integra o Programa de Estimulo à Cidadania Fiscal do governo do Estado de São Paulo e reduz, de fato, a carga tributária individual dos cidadãos, que recebem créditos para efetuar compras de mercadorias em São Paulo.

O sistema distribui até 30% do ICMS efetivamente recolhido pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores que

solicitam o documento fiscal e informam CPF ou CNPJ, proporcional ao valor da nota.

A devolução é feita em créditos que podem ser acumulados pela internet e utilizados para pagamento do IPVA ou resgatados em dinheiro. O consumidor também pode solicitar o documento fiscal sem a indicação do CPF/CNPJ e doá-lo a uma entidade de assistência social ou de saúde cadastradas no programa Nota Fiscal Paulista, se assim desejar. Essa é uma decisão pessoal e exclusiva do consumidor.

Prefeito sanciona Projeto de Lei de concessões

O prefeito João Doria sancionou na quarta-feira (4) a lei que disciplina as concessões e permissões que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD). A lei autoriza o Poder Executivo a outorgar concessões e permissões do sistema de arrecadação das tarifas do Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Bilhete Único) do Mercado Municipal Paulista (Mercadão) e do Mercado Kinjo Yamato; de parques, praças e planetários; e do serviço de remoção e páteis de estacionamento de veículos.

O Plano Municipal de Desestatização (PMD) deve trazer um impacto financeiro de R\$ 5 bilhões até 2020, referente à desoneração, receita, arrecadação tributária e investimentos. Com a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, há a garantia de que os recursos provenientes das desestatizações serão direcionados somente a investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, habitação, segurança, mobilidade e assistência social.

"Estamos dando um passo muito importante com esse programa de desestatização. A economia que estamos fazendo, apenas com este primeiro lote, representa 510 milhões de reais. Haverá a melhora da qualidade de serviços para a população sem onerá-la, com bons serviços nas áreas da saúde, educação, habi-

tação populat, transporte coletivo e segurança pública, além de assistência social, com prioridade para as pessoas em situação de rua e usuários de drogas. Obras e serviços também serão contemplados com esse serviço de desestatização", declarou o prefeito João Doria.

Para o secretário de Desestatização e Parcerias, Wilson Poit, a sanção da lei é uma grande vitória. "A aprovação do PL 367 é a coroação de um trabalho árduo. Estamos no meio de um processo democrático e de transparência inédita que ficará como legado para São Paulo. Nosso papel é dar início a uma gestão mais eficiente, enxuta e focada no essencial", afirmou.

O Projeto de Lei 367 foi protocolado na Câmara Municipal em junho e, desde então, 20 audiências públicas foram convocadas, ampliando o debate e garantindo à sociedade e ao Legislativo a oportunidade de se manifestar.

Os encontros foram produtivos, pois trouxeram para a redação final da lei algumas resoluções importantes, entre eles o direito de preferência em igualdade de condições aos atuais permissionários que atuam em mercados e sacolões municipais e a premissa de que a concessão do sistema do Bilhete Único deverá ser precedida da demonstração da vantagem econômica do projeto e respeitará o direito

à privacidade dos usuários.

A lei também estabelece que os contratos para concessão dos serviços, obras e bens públicos terão o objeto, a delimitação da área e o prazo determinado. Também deve deixar clara as formas de remuneração do concessionário e de atualização dos valores contratuais e a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução das atividades. A lei exige ainda a publicação de demonstrações financeiras periódicas do concessionário e a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do concessionário ao poder concedente.

Além disso, a lei sancionada veta a solicitação feita pela Câmara de que a concessão dos terminais será condicionada à obrigação do concessionário de construir habitações de interesse social a serem doadas ao Município, em área correspondente a 5% da área construída computável do terminal. Apesar do veto, a gestão se compromete com o Legislativo e com a sociedade de, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, fazer investimentos na área da habitação nas regiões dos terminais onde houver a concessão.

Plano de desestatização

Em um levantamento inicial, a Prefeitura mapeou 55 serviços e ativos municipais que podem

ser objeto de concessão, privatização ou parcerias público-privadas, que passaram por um processo de priorização. Dentre os projetos que integram o PMD, 10 são vistos como prioritários como a concessão de parques, do Bilhete Único, do Pacaembu, a privatização da SPTT (Anhembi), entre outros.

Até o momento, a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias lançou Procedimentos de Manifestação de Interesse com o objetivo de ouvir o mercado a respeito da concessão de parques, Complexo do Pacaembu, cemitérios, Serviço Funerário, Terminais de Ônibus Urbanos e Sistema de Bilihetagem.

Além disso, quatro Projetos de Lei relacionados à pasta foram aprovados na Câmara Municipal:

- Criação da São Paulo Parceria
- Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e do Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias
- Concessão do Complexo do Pacaembu
- Concessões
- Dois estão em tramitação: imóveis (nº 404) e privatização de SPTT (nº 582). Em breve, outros sobre a concessão de cemitérios e Serviços Funerários e a privatização do Autódromo de Interlagos serão enviados à Câmara.

Endividamento das famílias cresce e atinge 58,4%

O percentual de famílias endividadas fechou o mês de setembro deste ano com alta de 0,4 ponto percentual, em relação a agosto, atingindo os 58,4%, o maior patamar dos últimos sete anos. A pesquisa indica que, ao comparar com setembro do ano passado o indicador também cresceu, atingindo 58,2% - alta de 0,2 ponto percentual.

Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quarta-feira (4), pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e vem acompanhando a alta do percentual de famílias endividadas - aquelas com dívidas ou contas em atraso. Na comparação mensal o endividamento das famílias passou de 24,6% para 25%, o maior patamar desde maio de 2010. Na comparação com setembro de 2016, também houve alta de 0,4 ponto percentual.

A proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar as suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes, apresentou alta em ambas as bases de comparação.

Em setembro de 2017, a inadimplência atingiu 10,3% das famílias, também o maior patamar da série histórica (iniciada em janeiro de 2010), ante 10,1% em agosto de 2017 e 9,6% em setembro de 2016. Para a economista da CNC, Marianne Hanson, mesmo com o nível de endividamento das famílias ainda encontrar-se em um patamar moderado, abaixo da média histórica, os indicadores de inadimplência da pesquisa permanecem elevados.

O economista disse que "a taxa de desemprego bastante alta ajuda a explicar a maior dificuldade das famílias em pagar suas contas em dia e o maior pessimismo em relação à capacidade

de pagamento".

Nível de endividamento

Do ponto de vista especificamente do endividamento, embora a proporção de famílias que se declararam muito endividadas tenha registrado alta na comparação entre os meses de agosto e setembro - de 14,2% para 14,4% - na comparação anual o índice manteve-se estável.

Paralelamente ao fato de que tenha aumentado a proporção de famílias que se declararam muito endividadas, também aumentou a proporção de famílias que se consideraram pouco endividadas em agosto e setembro - alta de 0,5 ponto percentual. Este percentual, no entanto, teve queda na comparação anual, saindo de 22,9% em setembro do ano passado para 22,5% no mesmo mês deste ano.

Prazo de endividamento

A pesquisa apurou que o tempo médio de atraso para o paga-

mento de dívidas foi 64,3 dias em setembro deste ano, crescendo em relação aos 63,2 dias registrados em setembro do ano passado. "Em média, o comprometimento com as dívidas foi 7,3 meses, sendo que 34,1% das famílias possuem dívidas por mais de um ano. Entre aquelas endividadas, 22,4% afirmaram ter mais de um ano de atraso e 4,4% renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas".

O cartão de crédito permanece como a principal forma de endividamento, atingindo 76,4% das famílias que possuem dívidas; seguido dos cartões (16,2%) e crédito pessoal (10,2%).

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores. (Agência Brasil)

Governo anuncia medidas para incentivar micro e pequena empresas

O governo anunciou na quarta-feira (4) medidas para incentivar as micro e pequenas empresas, como a oferta de R\$ 9 bilhões em linhas de crédito no longo do mês de outubro e a ampliação de ações de qualificação para o segmento. Do total dos recursos, R\$ 8 bilhões serão para novos empréstimos e R\$ 1 bilhão para renegociação de dívidas. As linhas de crédito serão ofertadas por bancos públicos e privados.

As medidas foram apresentadas em cerimônia no Palácio do Planalto, da qual participaram ministros e o presidente Michel Temer.

Os R\$ 9 bilhões serão disponibilizados por sete instituições financeiras durante a Semana Nacional do Crédito, que ocorrerá em dias diferentes em todo o país em outubro. De acordo com o secretário especial da Micro e Pequena Empresas, José Ricardo da Veiga, as linhas de crédito serão ofertadas pela Caixa Econômica e pelos bancos

do Brasil, Santander, Itaú, Bradesco, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

Ao discursar no evento, o presidente Michel Temer falou sobre a importância dos pequenos empresários para a economia do país. "Além de que pequenos não têm nada. São milhões de brasileiros que dedicam seus recursos e sua criatividade à geração de um empreendimento". O presidente disse ainda que a crença no país aumenta cada vez mais, quando se pode prestigiar o micro e pequenos empresários.

Portal do Empreendedor

O governo também lançou uma nova versão do Portal do Empreendedor, que permite o cadastro dos microempreendedores individuais (MEI) junto ao governo federal. A nova versão do portal traz mais funcionalidade de facilidade para a navegação, afirmou o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira.

Outra ação voltada para as micros e pequenas empresas é a expansão do programa Instituição Amiga do Empreendedor. O programa busca qualificar e profissionalizar empresários de pequeno porte para o empreendedorismo, com o apoio de instituições de ensino públicas e privadas.

A expectativa é credenciar 500 instituições a atender 100 mil empreendedores até o final de 2018.

O programa é uma parceria entre instituições como o Sebrae, a Fundação Getúlio Vargas, o Ministério da Educação e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, vinculada ao da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Redução da pobreza

O ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, destacou que o incentivo aos pequenos empreendedores tem impacto direto na redução da pobreza.

"Não estamos falando apenas de empresários que vão se desenvolver. Estamos falando de pobres que vão poder sair da pobreza e progredir na vida. Famílias hoje vinculadas a programas de transferência de renda que, num futuro próximo, vão deixar de ser dependentes dessa transferência para ter sua renda própria, seu empreendimento", disse Terra.

Dados do Ministério do Trabalho indicam que, entre janeiro e agosto deste ano, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela criação de 327 mil postos de trabalho e já são responsáveis por mais da metade dos empregos formais no país. De manhã, o presidente Michel Temer usou o Twitter para destacar números da micro e pequenas empresas que "representam mais de 98% das empresas brasileiras, 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e são responsáveis por quase 60% do emprego no país". (Agência Brasil)

Meirelles diz que aguarda "com calma e serenidade" tramitação do novo Refis

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse na quarta-feira (4), que é preciso aguardar a decisão do Senado sobre o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), conhecido como novo Refis, e admitiu a possibilidade de veto do Executivo. O ministro conversou com a imprensa após participar da abertura do 4º Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público, na Escola de Administração Fazendária (Esaf), em Brasília.

A Câmara dos Deputados concluiu a análise da medida provisória que criou o Pert. Agora a matéria segue para apreciação do Senado e, para não perder a validade, o texto precisa ser analisado até o dia 11 de outubro.

Durante a tramitação, o texto foi modificado com regras mais vantajosas para os devedores e, por consequência, com redução da arrecadação prevista pelo governo.

"Sempre é possível [vetar] dependendo da evolução do assunto. Mas esperamos que não. Vamos aguardar agora a decisão do Senado, como sempre com calma, serenidade, transparência", disse.

"É muito importante deixar para os contribuintes e as empresas, em particular, que não é um bom negócio, uma fonte barata de financiamento, atrasar imposto. Acredito que o Congresso entenda isso", disse. Meirelles acrescentou que o governo não pretende

apresentar nenhum novo projeto de Refis.

BNDES

Meirelles disse que a decisão final sobre a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional é do conselho da instituição. O BNDES devolveu, no mês passado, R\$ 53 bilhões e o total previsto a ser resgatado este ano é de R\$ 50 bilhões. O Tesouro Nacional pediu a devolução de mais R\$ 130 bilhões.

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, tem se mostrado contrário às devoluções por reduzir o tamanho da instituição.

"Acredito que compete a

cada gestor tentar maximizar os resultados da sua instituição, mas temos também que olhar o país como um todo. É muito importante não só o equilíbrio das contas públicas, mas o cumprimento de todas as regras. E no momento, existem recursos disponíveis no BNDES", disse Meirelles.

O ministro acrescentou que espera que cada vez menos o banco dependa de recursos do Tesouro Nacional. "Na medida que as taxas do BNDES começam a convergir para padrões de mercado e as taxas de mercado começam a cair, poderemos ter o BNDES emprestando a longo prazo mas com acesso a fundos de mercado", afirmou Meirelles. (Agência Brasil)

Entrada de dólares no país em setembro supera a saída em US\$ 2,5 bilhões

Mais dólares entraram do que saíram no país em setembro. De acordo com dados do Banco Central (BC), divulgados na quarta-feira (4), o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 2,545 bilhões no mês passado. De janeiro a setembro, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 6,679 bilhões.

Em setembro, a conta financeira (investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos ao exterior e investimentos estrangeiros diretos, entre outros

operações) registrou déficit de US\$ 64 milhões. Já o segmento comercial (operações de câmbio relacionadas a exportações e importações) apresentou resultado positivo de US\$ 2,609 bilhões.

Commodities

O BC também divulgou hoje o índice de Commodities Brasil (IC-Br), que mostra a variação de preços de produtos primários com cotação internacional. Em setembro, o índice apresentou alta de 1,11%. Em 12 meses, en-

cerrados em setembro, o índice subiu 0,09%, e no acumulado do ano, houve retração de 5,7%.

O IC-Br é calculado com base na variação em reais dos preços de produtos primários (commodities) brasileiros negociados no exterior. O BC observa os produtos que são relevantes para a dinâmica dos preços ao consumidor no Brasil.

No mês passado, o segmento de energia (petróleo, gás natural e carvão) registrou aumento de 6,19%, enquanto o de me-

tais (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo e níquel) subiu 1,74%.

O segmento agropecuário (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz e carne de porco) registrou alta de 0,21%.

O índice internacional de preços de commodities CRB, compilado pelo Commodity Research Bureau, registrou queda de 2,36% em setembro e alta de 2,94%, em 12 meses. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Parlamento Europeu alerta sobre perigo da independência da Catalunha

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, afirmou na quarta-feira (4), numa alusão à Catalunha, que a declaração de independência de parte de um país integrante do bloco "vai contra o ordenamento jurídico europeu e pode provocar uma perigosa divisão". A informação é da EFE.

Tajani pediu uma reflexão séria que permita o diálogo na Espanha para diminuir a tensão na região da Catalunha, ao mesmo tempo em que destacou que ninguém pode estar satisfeito com "os eventos" de domingo passado.

"O Parlamento lança um apelo para uma reflexão serena e profunda que favoreça o diálogo na Espanha no respeito do marco constitucional, incluindo o Estatuto de Autonomia da Catalunha, algo que possa devolver a política às instituições", declarou ele, durante um debate no PE sobre o desafio independentista catalão.

Tajani ressaltou que a história da União Europeia mostra que na democracia só é viável o caminho "que permita colaborar em prol da concórdia e da união". (Agência Brasil)

Secretário de Defesa dos EUA apoia o acordo nuclear com o Irã

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, James "Jim" Mattis, disse na quarta-feira (4), em uma audiência no Congresso americano, que o interesse nacional dos EUA manter um acordo histórico celebrado entre o Irã e as seis potências mundiais para controlar o seu programa nuclear. A informação é da agência chinesa Xinhua.

As declarações de Mattis chegaram em um momento em que o presidente dos EUA, Donald Trump, está analisando se deve abandonar o acordo negociado durante a administração de Obama.

"O que eu faria é, se podemos confirmar que o Irã está cumprindo o acordo, se pudermos determinar que isso é do nosso interesse, então, claramente, devemos ficar com ele", declarou Mattis em uma audiência no Senado.

"Eu acredito, neste momento, não ter indicações contrárias [ao acordo], acho que é algo em que o presidente Trump deveria considerar permanecer", acrescentou Mattis.

O general aposentado de quatro estrelas também respondeu "sim" quando perguntado se era do interesse nacional dos Estados Unidos permanecer no acordo, celebrado em julho de 2015 entre o Irã e Grã-Bretanha, China, França, Alemanha, Rússia e EUA após negociações de uma década.

Os comentários de Mattis foram aparentemente contraditórios com o discurso de Trump pronunciado no mês passado na Assembleia Geral da ONU, onde chamou o acordo de "um embaraço" para os Estados Unidos e indicou que ele pode não reconfirmar o acordo em seu prazo de meados de outubro.

Os líderes iranianos reagiram fortemente às observações de Trump, dizendo que palavras tão hostis não intimidarão a República Islâmica.

Em 15 de outubro, Trump deve testemunhar no Congresso se "está está cumprindo o acordo e se continua sendo de interesse dos Estados Unidos continuar com ele. Se ele decidir que não é, poderia abrir caminho para os legisladores dos EUA imporem novamente sanções ao Irã, levando ao potencial colapso do acordo.

O acordo nuclear com o Irã, oficialmente conhecido como Plano Integral Conjunto de Ação, ajudou a desarmar a crise nuclear do país e reforçar o regime internacional de não proliferação. No mês passado, a Agência Internacional de Energia Atômica, organismo da ONU, disse que o Irã estava jogando de acordo com as regras estabelecidas no acordo nuclear. (Agência Brasil)

Brasil fecha 5 mil empresas de 2014 para 2015

O total de empresas no país caiu 0,1% de 2014 para 2015 com 5 mil empreendimentos a menos, segundo dados da pesquisa Demografia das Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na quarta-feira (4). Em 2015, foram contabilizadas 4,552 milhões de empresas ativas no Brasil.

Nessas empresas, trabalhavam 40,2 milhões de pessoas, sendo 33,6 milhões (83,6%) como assalariadas e 6,6 milhões (16,4%) na condição de sócio ou proprietário. Em comparação a 2014, houve queda de 4,5% no pessoal ocupado assalariado, o que equivale a 1,6 milhão de postos a menos. Esta foi a primeira queda no pessoal assalariado desde o início da série, em 2008, segundo o IBGE.

Os salários e outras remunerações pagos pelas empresas totalizaram R\$ 982,4 bilhões em 2015, com um salário médio mensal de R\$ 2.168,91, o equivalente a 2,8 salários mínimos. Do total de empresas ativas em 2015, 15,6% (708,6 mil)

correspondiam a empresas que entraram no mercado. Por outro lado, saíram do mercado 713,6 mil empresas, o que representa 15,7% do total de empresas no país em 2015. Segundo o IBGE, a taxa de sobrevivência foi a maior da série e registrou valor de 84,4%, representando 3,8 milhões de empresas que continuaram ativas de 2014 para 2015.

As atividades econômicas que mais se destacaram nas entradas de empresas no mercado em 2015 foram comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 276,1 mil empreendimentos (39%).

Em 2015, 37,8% das empresas criadas em 2010 ainda estavam ativas no mercado. Nesse período, as atividades que apresentaram as mais altas taxas de sobrevivência foram saúde humana e serviços sociais (54,8%) e atividades imobiliárias (50,8%). A pesquisa indica que a taxa de sobrevivência do comércio está entre as mais baixas no período (36,1%). (Agência Brasil)

Advogado de Temer entrega defesa do presidente à CCJ da Câmara

TRF2 nega pedido de Cabral para declarar suspeito juiz da Operação Calicute

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) negou pedidos da defesa do ex-governador Sérgio Cabral para declarar suspeito o juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, responsável pelos processos da Operação Calicute. Os desembargadores da 1ª Turma do TRF2 rejeitaram, por unanimidade, quatro exceções de suspeição que alegavam que Bretas prejudicou os réus ao dar entrevista para o jornal Valor Econômico, em julho.

Em setembro último, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral foi condenado a 45 anos e dois meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Cabral e mais 11 pessoas, incluindo sua mulher Adriana Ancelmo, foram condenados na Operação Calicute, desdobramento da Operação Lava Jato, em sentença final proferida pelo juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio.

Os pareceres do Ministério Público Federal (MPF) na 2ª Região (RJ/ES) são contra os pleitos de Cabral. A avaliação é que o juiz da 7ª Vara Federal

Criminal do Rio julgara tecnicamente a partir das provas produzidas, mesmo que tendo sido considerações "genéricas". O MPF sustentou que não há proibição expressa para juízes darem entrevista sobre feitos pelos quais são responsáveis.

"Conceder entrevistas está dentro da normalidade, principalmente se considerada a necessidade da transparência, com o maior interesse da população nas ações em curso. Isso, no entanto, não afasta o cuidado exigido nas declarações. Também por esse viés, não há nenhum indicativo de que a atuação parcialidade esteja previamente comprometida", diz parecer dos procuradores regionais da República Mônica de Ré, Silvana Batini, Carlos Aguiar, Andréa Bayão e Neide Cardoso, do Núcleo Criminalístico do Combate à Corrupção do MPF na 2ª Região.

Os procuradores da República disseram ainda que "foram esclarecidas pelo magistrado [Marcelo Bretas], com clareza e precisão, suas razões, nas quais rechaçou por completo as acusações imputadas pelo autor da ação." (Agência Brasil)

A defesa do presidente Michel Temer entregou na tarde de quarta-feira(4), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara, a argumentação contrária à segunda denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR). O material foi protocolado pelo advogado Eduardo Carnelões. Temer é acusado pelos crimes de obstrução de Justiça e organização criminosa junto com os ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha.

Mais cedo, os advogados de Moreira Franco e Eliseu Padilha já tinham protocolado as respectivas defesas na CCJ. Para que o presidente e os dois ministros possam ser investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é preciso que a Câmara dos Deputados autorize o prosseguimento da denúncia, conforme prevê a Constituição.

Carnelões argumentou que a denúncia é uma das "mais absurdas acusações que se tem notícia na história", com a apresen-

tação de fatos que precedem o exercício do mandato de Temer. Para o advogado, o objetivo do ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, era destituir Temer da Presidência.

"A denúncia não traz nenhuma prova daquilo que alega e o alega de forma inepta (...). Ela é toda amparada na palavra de delatores que fizeram um grande negócio atendendo os interesses do então procurador-geral da República, que conseguiu fazer com que os delatores falassem aquilo que ele queria e deu em troca a imunidade", declarou Carnelões.

O advogado disse ainda que a acusação é inconsistente, sem suporte probatório e "fruto de uma indecente espécie de licitação" entre os integrantes da PGR e os delatores. Carnelões ressaltou também que as gravações usadas na acusação foram feitas inadvertidamente e os áudios divulgados recentemente, com diálogo entre os delatores, "apontam a indecên-

cia dos fatos".

O advogado está confiante que os deputados negarão mais uma vez a autorização para que o STF analise este processo. "Acreditamos que tanto a Comissão de Constituição e Justiça, quanto o plenário, novamente impedirão que essa tentativa de golpe se efetive", disse Carnelões.

Tramitação

A partir da entrega das defesas, a CCJ tem o prazo de cinco sessões para analisar e votar um parecer favorável ou contrário ao prosseguimento da denúncia. Na sequência, ele o parecer é analisado pelo plenário da Casa e precisa do voto de ao menos 342 deputados para que a investigação possa prosseguir.

Segundo o presidente da CCJ, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), a primeira reunião de análise da nova denúncia será convocada para a próxima semana. Na sessão inicial, o relator Bonifácio de Andrada

(PSDB-MG) deve ler seu parecer e, em seguida, os advogados terão direito a se manifestar pelo mesmo tempo utilizado pelo relator.

Denúncia

No inquérito sob análise da Câmara, Janot sustenta que o presidente Temer e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco formaram esquema de corrupção, envolvendo integrantes do partido na Câmara, com o objetivo de obter vantagens indevidas em órgãos da administração pública.

De acordo com a acusação, Temer teria atuado para comprar o silêncio do delator Lúcio Funaro, um dos delatores nas investigações da Operação Lava Jato, acusado de ser o operador do suposto esquema. A interferência teria ocorrido por meio dos empresários da JBS, Joseleidy Batista e Ricardo Saud, que são acusados do mesmo crime de obstrução da justiça. (Agência Brasil)

Gabinete de Fachin acumula 80 inquéritos e seis ações penais da Lava Jato

Balanco feito pelo gabinete do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), indica que a Corte acumula, até o presente momento, 80 inquéritos da Lava Jato, todos envolvendo políticos no exercício de cargo e com prerrogativa de foro no tribunal, entre diferentes autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo federais. A estatística foi fechada neste final de setembro.

Todos os casos estão no gabinete do ministro Edson Fachin, que assumiu a reitoria da Lava Jato no STF em fevereiro deste ano, após a trágica morte do relator anterior, ministro Teori Zavascki, na queda de um avião de porte perto no mar próximo a Paraty, no litoral sul fluminense.

Após mais de três anos desde o início da operação em Curitiba, entretanto, apenas seis processos relacionados diretamente aos desvios na Petrobras se tornaram ação penal no STF. Isso ocorre quando o investigado tem reconhecida sua situação de réu perante a Justiça, devido à robustez das provas iniciais.

Políticos como a senadora Gleisi Hoffman (PT-PR), os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Fernando Collor (PTC-AL) e os deputados Aníbal Gomes (PMDB-CE), Nelson Meurer (PP-PR) e Vander Loubet (PT-MS) são os políticos que se encontram nessa condição de réu, e seus casos devem ser os primeiros da Lava Jato a terem um desfecho no STF, seja pela

absolvição ou pela condenação.

Mais sete inquéritos tiveram as denúncias apresentadas, todas assinadas pelo ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que deixou o cargo em 17 de setembro. Entre as denúncias apresentadas, está aquela contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), cujo julgamento do recebimento ou não está marcado para o próximo dia 10 de outubro na Segunda Turma do STF.

Em sua maioria, os inquéritos da Lava Jato abertos no STF são decorrentes das 110 delações premiadas homologadas até agora pela Corte, incluindo as 78 colaborações da empresa Odebrecht. Outras três delações ainda aguardam homologação

por Fachin.

Uma das delações homologadas recentemente por Fachin foi a do operador financeiro Lúcio Funaro, que é testemunha-chave em investigações envolvendo políticos do PMDB, entre eles o deputado cassado Eduardo Cunha, os ex-ministros Henrique Eduardo Alves e Geddel Vieira Lima e o presidente Michel Temer.

Desde então, já passaram pelo gabinete de Fachin mais de 150 inquéritos oriundos das investigações da Lava Jato, embora 74 tenham sido redistribuídos para outros ministros do STF, após o entendimento de que não tinham relação direta com os desvios na Petrobras, alvo principal da operação. (Agência Brasil)

Última palavra sobre a Constituição é do Congresso, diz ministro da Justiça

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim Neto, afirmou na quarta-feira(4) que "a última palavra sobre a Constituição é do Congresso Nacional".

Em exposição durante audiência na Câmara dos Deputados sobre revisão do Código de Processo Penal, Torquato falou sobre temas que foram polêmicos, como a relação entre os poderes Legislativo e Judiciário, a adoção do instrumento das delações premiadas e a efetivação de conduções coercitivas.

Um dia após o Senado discutir longamente a possibilidade de contrariar o parecer de Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o afastamento do senador Acácio Neves (PSDB-MG) do mandato, o ministro defendeu a possibilidade de o Parlamento revisar decisões judiciais, inclusive aquelas proferidas pela Suprema Corte, mas optou por não se posicionar sobre casos concretos.

Ele destacou o fato de ter sido professor de direito constitucional durante 25 anos e lembrou que sempre entendeu que "a palavra final sobre a Constituição é do Congresso Nacional; é quem tem o poder constituinte para tanto. O Judiciário é intérprete, ele tem que derivar, na sua concepção, o que tenha sido estabelecido pelo Congresso Nacional".

Na opinião de Torquato Jardim, esse papel do Congresso está relacionado ao fato de a instituição ter a legitimidade da democracia representativa, já que os parlamentares são eleitos, por meio do voto, pela população, ao passo que a legitimidade do Judiciário é "de segundo grau".

Como exemplo dessa distinção, Jardim lembrou que, no Brasil, ministros do Supremo passam por sabatina para, se for o caso, ter sua indicação à Corte aprovada pelo Senado. "O ativismo judicial de raiz democrática, sem voluntarismos individuais ou corporativos, é da competência da Constituição legislada pelo Congresso Nacional".

Ampla defesa

O ministro argumentou que outra premissa que deve ser considerada na revisão do Código é o respeito ao devido

processo legal. Ao tratar do tema, Torquato Jardim citou o direito à ampla defesa: "a defesa é um ato de direito material, essencial à ordem democrática".

Para garantir esse direito, ele enfatizou a necessidade de apresentação de decisões fundamentadas em provas, pois "não há livre convencimento fora dos autos, não há livre convencimento sem vinculação aos fatos, conforme objetivamente provados".

Delações premiadas devem, em sua ótica, ser consideradas apenas como possibilidade e oportunidade para que, a partir do fato narrado pelo suspeito ou criminoso confesso, haja o desenvolvimento de investigações. Nesse sentido, o ministro defendeu o sigilo da delação e do delator, que ele comparou ao sigilo fiscal e tributário e ao sigilo das fontes da imprensa, e disse ser crime a divulgação de delações.

De acordo com o ministro, para que delator e delação tenham credibilidade, a revisão de depoimentos só deve ser válida se o delator estiver em liberdade. Ainda sobre o tema, ele acrescentou que deve ser fixado prazo máximo para que réu ou investigado inicie a delação.

Condução coercitiva e presunção de inocência

Outro instrumento que tem sido usado com frequência nas ações da Operação Lava Jato, e que gerou polêmica, a condução coercitiva foi considerada pelo ministro uma exceção, quando houver resistência ou descumprimento de ordem judicial. Para Torquato Jardim, o uso rotineiro do instrumento revela uma cultura que não incorporou efetivamente o valor da presunção da inocência.

Novo Código do Processo Penal

A audiência foi realizada pela comissão especial que analisa o projeto que cria o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10). O tema já foi aprovado pelo Senado em 2010, restando à Câmara concluir o processo legislativo. Presidente da comissão, o deputado Danilo Forte (PSB-CE) defendeu a aprovação da proposta até o fim deste ano. (Agência Brasil)

"Valor absurdo" de fraude com vale-refeição chamou atenção, diz delegada

A delegada Patrícia de Paiva, da delegacia de Defraudações do Rio, encarregada do inquérito contra grupos suspeitos de lavar dinheiro por meio da compra de vale-refeição, alimentação e transporte de trabalhadores, disse na quarta-feira (4) que o alto valor movimentado pelas quadrilhas em um curto espaço de tempo chamou a atenção da polícia.

"Nós tivemos uma empresa dessas de fachada que movimentou R\$12 milhões, em um ano e meio. Então esse valor absurdo chamou a atenção da polícia e a Delegacia de Defraudações há três meses iniciou essa investigação".

Ao todo, 90 pessoas físicas

e jurídicas são suspeitas dos crimes de lavagem de dinheiro, associação criminosa e crimes contra a economia popular. A Operação Fantoche mobilizou 150 policiais destacados para cumprir mandados de busca e apreensão em endereços comerciais e residenciais nos bairros de Copacabana, Botafogo, Largo do Machado, Centro, Jacarepaguá, Campo Grande e Bangu, no município do Rio, e nas cidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita e Nilópolis, na Baixada Fluminense, e até numa empresa em Londrina, no Paraná. Os envolvidos estão sendo ouvidos na Cidade da Polícia.

Esquema

No caso dos vale-alimentação e refeição, a polícia informou que os investigados, chamados de tiqueteiros, abriam empresas de fachada no ramo alimentício para conseguir, com as operadoras de cartão, máquinas que aceitam vale-alimentação e refeição. Os equipamentos, então, eram enviados a escritórios que comercializavam ouro, onde era feita a compra dos benefícios dos trabalhadores.

Por cada transação, era cobrada uma taxa do trabalhador que varia de 15% a 18%. Parte da quantia ficava com o escritório e a outra parte com os responsáveis pelas empresas fantasma e de fachada, que transfe-

rem os valores para empresas legais, pessoas físicas e até instituições religiosas.

No caso dos vales-transporte, os trabalhadores deixavam seus cartões nos escritórios, que eram então recolhidos por atravessadores que os levavam até empresas de ônibus e vans convites com o esquema, onde os créditos eram descarregados. A taxa cobrada do trabalhador na transação chegava a 50%. Desse, parte ficava com a viagem, outra parte com o dono do escritório e outra com o atravessador.

O bilhete era devolvido ao trabalhador dias depois. Em alguns escritórios, o tempo para devolução do vale transporte chegava a 30 dias úteis. (Agência Brasil)

Alexandre de Moraes defende leis mais duras contra crime organizado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu na quarta-feira(4) que o Congresso aprove uma legislação mais rigorosa contra o crime organizado. Ele disse ter pedido diretamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que avance em projetos sobre o tema.

"O Brasil há muito tempo precisa de uma legislação mais forte em relação à criminalidade organizada, de um acordo maior entre a União, estados e municípios no combate da criminalidade organizada, dentro e fora dos presídios", defendeu o ministro. "O país deve finalmen-

te tomar uma opção, uma orientação. Deve haver uma legislação diferenciada e dura contra a criminalidade organizada."

As declarações foram dadas poucas horas depois de ter negado um pedido da Defensoria Pública da União (DPU) para que todos os presos há mais de dois anos em penitenciárias federais fossem devolvidos a seus estados de origem.

"Eu tive a oportunidade, inclusive, em virtude desse caso, de conversar com o presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia. Conversei com ele sobre a necessidade de aprovação de projetos que correm sobre o tema na Câmara dos Deputados,

para que nós possamos dar instrumentos melhores para a polícia e o Poder Judiciário, não só de investigação, mas também de cumprimento de pena".

Alexandre de Moraes argumentou não ser possível combater o crime organizado com uma legislação de 1941, como é o Código de Processo Penal (CPP), época em que a criminalidade organizada sequer existia propriamente no Brasil, segundo ele. "É preciso avançar", afirmou.

Sobre o pedido da DPU, feito dentro de um habeas corpus coletivo, Alexandre de Moraes disse que a ação se equivocou ao querer colocar prazo para a per-

manência de presos em penitenciárias federais, pois tal limite de tempo não está expresso na lei. Ele disse ainda ser preciso levar em conta a periculosidade dos detentos.

"Não é possível querer tratar presos por furto, presos por estelionato, da mesma forma que líderes de organizações criminosas", disse. "Nós sabemos que é de dentro dos presídios que esses chefões de facções ficam liderando o crime. De dentro do presídio federal eles não fazem isso, não vão fazer e vão continuar lá até quando a Justiça entender ser necessário para garantir a segurança da sociedade."

Mogi das Cruzes será palco da 2ª etapa do Adventure Camp 2017

Depois do sucesso em Brotas, agora será a vez de Mogi das Cruzes receber a etapa do Circuito Adventure Camp 2017, tradicional competição de corrida de aventura que retorna ao calendário neste ano. A etapa será nos dias 7 e 8 de outubro e o evento é uma disputa por equipes, que envolve orientação, trekking, canoagem, mountain bike e técnicas verticais, destinado a iniciantes, amadores e profissionais da corrida de aventura, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos. O evento será no Parque das Neblinas, na Rodovia Professor Francisco Ribeiro Nogueira, em Mogi das Cruzes.

A expectativa é bastante positiva para a segunda etapa do Adventure Camp, que espera reunir as principais equipes do país, em todas as categorias, além das crianças para a participação no Kids, dando sequência ao trabalho da formação de novos atletas e no incentivo à prática esportiva. As inscrições deverão ser feitas pelo site www.adventurecamp.com.br.

Outra grande atração em Mogi das Cruzes, nos dias 6 e 7 de outubro, será o Projeto na Trilha Certa, voltado para adolescentes de 14 a 16 anos de escolas públicas e adultos moradores das



Largada

staff de aproximadamente 100 colaboradores que garantem a excelente qualidade das provas.

Briefing e Cronograma Especiais - Na etapa Adventure Camp Mogi Das Cruzes, procurando facilitar a vida dos atletas, a organização enviará o briefing digital aos inscritos que não quiserem curtir o parque no sábado. Assim, o atleta pode ir direto para a corrida no domingo pela manhã, checar o equipamento, retirar seu mapa, correr e voltar no mesmo dia. O briefing será digital e estará disponível a partir de sexta - 06/09 - na página do Facebook Adventure Camp e também será enviado aos atletas inscritos.

Reconhecido desde 2002 por sua excelente organização e profissionalismo. Contamos com um

staff de aproximadamente 100 colaboradores que garantem a excelente qualidade das provas.

Briefing e Cronograma Especiais - Na etapa Adventure Camp Mogi Das Cruzes, procurando facilitar a vida dos atletas, a organização enviará o briefing digital aos inscritos que não quiserem curtir o parque no sábado. Assim, o atleta pode ir direto para a corrida no domingo pela manhã, checar o equipamento, retirar seu mapa, correr e voltar no mesmo dia. O briefing será digital e estará disponível a partir de sexta - 06/09 - na página do Facebook Adventure Camp e também será enviado aos atletas inscritos.

Ainda nesta linha de uma melhor logística para todos, a organização comunica a todos os participantes sobre o novo cronograma da etapa. Salientando que o acesso ao Parque das Neblinas demanda um tempo de 40 minutos a partir de Taiaçupeba, então, programe-se para estar nos horários estipulados pela organização.

Serviços:
Local: Parque das Neblinas
Endereço: Rodovia Professor Francisco Ribeiro Nogueira, Mogi das Cruzes - SP
Sexta-feira, 6 de outubro de 2017

19h - Briefing Digital vai página do facebook Adventure CAMP

20h - Envio de mapa e racebook para o e-mail dos inscritos.

Sábado, 07 de outubro de 2017

Das 15h às 18h - Recepção e checagem de equipamentos

15 horas - Entrega de mapa e racebook no Parque das Neblinas

OU
Domingo, 08 de outubro de 2017

Das 7h às 8h - Recepção e Checagem de equipamentos

9h - Largada de todas as categorias

Mais informações no site www.adventurecamp.com.br

MIT Point recebe exposição de carros campeões no Rally dos Sertões 2017

Público poderá conferir de perto as máquinas que enfrentaram mais de 3.300 quilômetros na maior prova off-road do Brasil



L200 Triton Sport SR é destaque no MIT Point

O MIT Point, flagship store da Mitsubishi Motors no Shopping JK Iguatemi recebe, a partir desta semana, os carros campeões do Rally dos Sertões 2017.

A vocação para enfrentar desafios 4x4 das competições sempre esteve presente no DNA da Mitsubishi. Não é a toa que a marca é recordista de vitórias na classificação geral do Rally dos Sertões com 11 títulos, além de inúmeras conquistas nas categorias rali. Só neste ano, mais de 70% do grid foi formado por veículos Mitsubishi.

Um dos destaques da exposição é a L200 Triton Sport SR de Glauber Fontoura e Minee Miyauti, campeã na categoria Pró-Brasil. Também está presente a L200 Triton ERS de Mario Neto e Artemio Neto. Essa picape usa o motor V6 3.5L Flex original e venceu na categoria Super Production.

Pela primeira vez disputando o Rally dos Sertões, o ASX RS venceu na categoria Production T2, destinada a carros de produção com preparação limitada a itens de segurança e suspensão, mas com motor e câmbio originais.

Na prova de Regularidade, realizada com carros originais, a Mitsubishi reinou absoluta. Nas três categorias, os três primeiros lugares ficaram com a marca dos três diamantes.

O Pajero Full de Sandra Dias e Mauricio Gonçalves, campeões da categoria Turismo, também estará em exposição no Mit Point. Fernando Posselt / Cristina Posselt e José Eduardo Guerra / Marcia Maria Esteves Guerra, vencedores nas categorias Super Master e Graduados, respectivamente, e também estarão representados.

Quem também marca presença é a L200 Triton SR, um veículo desenvolvido pela Mit-

subishi Brasil para enfrentar as maiores competições off-road. Acumula três títulos consecutivos no Sertões e foi o primeiro veículo flex a vencer um rali internacional. É equipado com motor Mitsubishi V6 Flex de 270 cavalos, chassi de estrutura tubular, suspensão independente nas quatro rodas e tração 4x4 em tempo integral com limitador de torque para o eixo dianteiro.

Neste ano, o Rally dos Sertões percorreu 3.300 quilômetros em sete dias, largando de Goiânia (GO) e passando por Goiânia (GO), Santa Teresinha de Goiás (GO), Aruanã (GO), Barra do Garças (MT), Coxim (MS), Aquidauana (MS) e Bonito (MS), que recebeu a chegada da prova pela primeira vez.

Linha de produção de competição

A Mitsubishi é a única marca do País que tem uma linha de produção para carros de competição em sua fábrica e ainda disponibiliza uma equipe técnica e um caminhão de peças de reposição durante o Rally dos Sertões, oferecendo ainda mais tranquilidade às equipes, que não precisam carregar uma grande quantidade de material sobressalente, nem gerar estoques, podendo retirar apenas aquilo que é necessário no dia a dia. Conheça o espaço: <https://youtu.be/mOW1Se0g5Y>

Serviço
Exposição veículos Rally dos Sertões - de 02 a 16 de outubro

MIT Point - Shopping JK Iguatemi

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 - Piso térreo (SP)

Segunda a sábado das 10h às 22h, aos domingos das 14h às 22h

Entrada gratuita

São Silvestre segue com inscrições abertas



93ª Corrida Internacional de São Silvestre

Os atletas interessados em participar da mais tradicional prova de rua da América Latina devem se apressar. As inscrições para a

93ª edição da Corrida Internacional de São Silvestre seguem abertas e devem ir até o dia 24 de novembro ou quando o limite de 30

mil corredores for atingido.

Tradicionalmente realizada no dia 31 de dezembro, a corrida irá encerrar, mais uma vez, o ano esportivo nacional. Os principais nomes do país e destaques do exterior participarão do evento, além de inúmeros amadores que fazem a grande festa do evento. Os atletas poderão se inscrever pelo site www.saosilvestre.com.br.

A programação no dia da corrida começará cedo. O pelotão de elite feminino terá sua largada às 8h40. Logo em seguida, às 9h, será a vez do pelotão de elite masculino e atletas em geral. Cadeirantes e atletas com deficiência terão seus horários definidos posteriormente.

A prova oferecerá infraestrutura (apoio médico, acessos, hi-

dratação e lanches) para o número oficial de inscritos com base nas regras da modalidade. Não serão disponibilizados recursos extras para atletas que não estejam inscritos oficialmente ("pipocas").

Idealizada pelo jornalista Cásper Líbero no ano de 1924, a corrida chegou à sua 93ª edição sem interrupção. Ela foi realizada até mesmo durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e a II Guerra Mundial.

O percurso de 15 km passa por alguns dos principais pontos turísticos da cidade de São Paulo, com largada na Avenida Paulista, próximo ao número 2000, e chegada em frente ao prédio da Fundação Cásper Líbero, também na Avenida Paulista, 900. Mais informações no site www.saosilvestre.com.br.

Vôlei Nestlé derrota Bauru e está a uma vitória da sexta final consecutiva do Paulista

O Vôlei Nestlé bateu Bauru por 3 sets a 1, parciais de 25/18, 23/25, 25/14 e 25/23, em 1h52min, na noite de terça-feira (3), no ginásio Panela de Pressão, na abertura da semifinal do Campeonato Paulista. Com o resultado, o atual pentacampeão está a uma vitória da sexta final consecutiva. A partida marcou a estreia oficial da oposta Lorenne, maior pontuadora do time, com 16 acertos, e da central sérvia Nadja Ninkovic.

Para carimbar seu passaporte para mais uma decisão estadual, a equipe de Osasco precisa derrotar o adversário novamente, desta vez no José Liberatti, neste sábado (7), a partir das 9h30. Em caso de empate, o finalista será conhecido após a disputa do golden set, também no sábado. Na outra série, o Hinode Barueri saiu na frente ao derrotar o Pinheiros também por 3 sets a 1.

Além de abrir a 0 na semifinal, o Vôlei Nestlé impôs a primeira derrota ao Bauru no Panela de Pressão no Campeonato

Paulista em 2017. "Foi uma vitória muito importante. Não é fácil ganhar aqui, onde a torcida empurra o time. Mas tivemos bons momentos, de jogo coletivo, e conseguimos a vantagem na semifinal. Agora é descansar e treinar para o jogo de sábado, em casa", disse Spencer Les, que comanda o Vôlei Nestlé enquanto Luizomar de Moura está à frente da seleção do Peru. "No primeiro e no terceiro set, conseguimos impor nosso jogo e vencemos bem. Mas ainda perdemos o foco, como no quarto set, quando ganhávamos por quatro pontos e permitimos que elas reagissem. Mas isso faz parte do processo de amadurecimento do time", completou.

Tandara também elogiou o espírito coletivo do Vôlei Nestlé na noite desta terça-feira. "O jogo está de parabéns. Não foi um jogo fácil e quando uma não rodava o ataque, vinha outra e virava. E foi assim desde o início. Precisamos ter paciência, eu principalmente, que estou voltando a jogar do outro lado



Vibração da equipe

(a ponteira atuou como oposta na seleção brasileira), e estou me acostumando novamente. Não gostei do meu jogo nesta noite, mas vou trabalhar ainda mais para melhorar para a segunda partida da semifinal. Mas o importante é que a vitória veio", analisou a atacante, que fez 14 pontos.

Com 16 acertos, Lorenne foi

a maior pontuadora do Vôlei Nestlé logo em sua estreia oficial (ela já havia disputado a Gatorade Cup, quadrangular amistoso no Peru). "Estou muito feliz. As meninas me ajudaram muito em quadra e sei que tenho muito a evoluir, mas é sempre bom ganhar, ainda mais em uma partida decisiva", afirmou a oposta.

O TRIATHLON NO BRASIL ESTÁ PRESTES A RECUPERAR O FÔLEGIO.

DISTÂNCIA SPRINT
NATAÇÃO 750 m
CICLISMO 20 km
CORRIDA 5 km

DISTÂNCIA OLÍMPICA
NATAÇÃO 15 km
CICLISMO 40 km
CORRIDA 10 km

WWW.TRIDAYSERIES.COM.BR

UNLIMITED SPORTS
REALIZADORA DAS PROVAS IRONMAN® NO BRASIL

TRIDAYSERIES

ESTRADA VELHA DE SANTOS

RIACHO GRANDE ETAPA 2
24 DE SET
2017

RIO E LAMERO - RJ

RECREIO DOS BANDEIRANTES ETAPA 1
08 DE OUT
2017

SÃO PAULO - SP

USP ETAPA 2
15 DE NOV
2017

TRI DAY SERIES

INSCREVA-SE